

**Gestão ambiental participativa da Comdema Ceilândia no DF na
perspectiva de construir cidades mais verdes e inclusivas.**

*Participatory environmental management of Comdema-Ceilândia in the perspective of
building greener and more inclusive cities*

*Gestión ambiental participativa de Comdema-Ceilândia en la perspectiva de la
construcción de ciudades más verdes y inclusivas*

Ivanete Silva dos Santos

Pós-graduanda, Curso Reabilita, PPGFAU, UnB, ONG Casa da Natureza Brasil
ivanetes241@gmail.com

Liza Maria Souza de Andrade

Professora Doutora, PPG/FAU/UnB, Brasil.
lizamsa@gmail.com

RESUMO

Conhecer a real situação das áreas periféricas de Brasília, em especial as Regiões Administrativa de Ceilândia e do Sol Nascente/Pôr do Sol nos permite perceber de como é importante a participação popular no processo de gestão e planejamento do território. Apesar de sua contribuição histórica na construção de Brasília, a cidade de Ceilândia, a mais populosa do DF sofre por não obter suas áreas verdes protegidas por sua biodiversidade e preservação dos cursos d'água, delimitadas como Unidade de Conservação, conta apenas com um parque recreativo e o Rio Melchior, que recebe 40% do esgoto do DF. Refletindo sobre toda a problemática socioambiental e no desejo de trabalhar para uma gestão ambiental participativa, surge a articulação para criação da Comdema-Ceilândia. O objetivo desta pesquisa-ação é aprofundar estudos sobre a criação de Comdemas no Distrito Federal e gestão pós-criação com foco na Comdema Ceilândia, para além de uma ferramenta participativa, como também, um processo de alcançar cidades mais verdes e socialmente inclusivas, que permita promover uma gestão ambiental compartilhada por meio de ações com comunidade. Foi realizado um diagnóstico participativo para identificar o contexto socioambiental e sociocultural da região e entender as percepções, necessidades e interesses da comunidade por meio de entrevistas, grupos focais, questionários e mapeamento participativo. Identificou-se e mapeou-se os diferentes atores e partes interessadas envolvidos na gestão ambiental da região, órgãos governamentais, ONGs, empresas, líderes comunitários e outros grupos relevantes. Assim, foi possível compreender as expectativas das Comdemas no DF e ações iniciais da Comdema Ceilândia para promover a gestão ambiental participativa eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Comdema, meio ambiente, cidade verde, participação, inclusão social

SUMMARY

Knowing the real situation of the peripheral areas of Brasilia, especially the Administrative Regions of Ceilândia and Rising Sun/Sunset allows us to realize how important popular participation is in the process of management and planning of the territory. Despite its historical contribution to the construction of Brasilia, the city of Ceilândia, the most populous of the DF suffers for not getting its green areas protected for its biodiversity and preservation of watercourses, delimited as a Conservation Unit, has only a recreational park and the Melchior River, which receives 40% of the sewage of the DF. Reflecting on all the socio-environmental problems and the desire to work for a participatory environmental management, the articulation for the creation of Comdema-Ceilândia arises. The objective of this action research is to deepen studies on the creation of Comdemas in the Federal District and post-creation management with a focus on Comdema Ceilândia, in addition to a participatory tool, as well as a process of achieving greener, more inclusive and resilient cities, which allows promoting shared environmental management through community actions. A participatory diagnosis was carried out to identify the socio-environmental and socio-culture context of the region and understand the perceptions, needs and interests of the community through interviews, focus groups, questionnaires and participatory mapping. The different actors and stakeholders involved in environmental management were identified and mapped.

KEYWORDS: Comdema, environment, green city, participation, social inclusion

RESUMEN

Conocer la situación real de las áreas periféricas de Brasilia, especialmente de las Regiones Administrativas de Ceilândia y Sol naciente y puesta de sol, nos permite darnos cuenta de la importancia de la participación popular en el proceso de gestión y planificación del territorio. A pesar de su contribución histórico a la construcción de Brasilia, la ciudad de Ceilândia, la más poblada del Distrito Federal, sufre por no tener sus áreas verdes protegidas por su biodiversidad y preservación de los cursos de agua, delimitadas como Unidad de Conservación, con sólo un parque recreativo y el río Melchior, que recibe el 40% de las aguas residuales del Distrito Federal. Reflexionar sobre todo los problemas socioambientales y el deseo de trabajar por una gestión ambiental participativa, surge la articulación para la creación del Comdema-Ceilândia. El objetivo de esta investigación-acción es profundizar los estudios sobre la creación de Comdemas en el Distrito Federal y la gestión posterior a la creación con un enfoque en Comdema Ceilândia, además de una herramienta participativo, así como un proceso para lograr ciudades más verdes, inclusivas y resilientes, para promover la gestión ambiental compartida a través de acciones comunitarias. Se realizó un diagnóstico participativo para identifique el contexto socioambiental y sociocultural de la región y comprender las percepciones, necesidades e intereses de la comunidad a través de entrevistas, grupos focales, cuestionarios y mapeo participativo. Se identificaron y cartografiaron los diferentes actores y partes interesadas implicados en la gestión de la región.

PALABRAS CLAVE: Comdema, medio ambiente, ciudad verde, participación, inclusión sociales

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da importância da gestão ambiental participativa das Comdemas - Comissão de Defesa do Meio Ambiente – para o planejamento urbano e regional no Brasil na construção de cidades mais verdes, inclusivas resilientes, tendo como estudo de caso o processo de criação da Comdema de Ceilândia, a cidade mais populosa do Distrito Federal.

A Comdema é uma ferramenta de participação social e gestão ambiental, que tem como objetivo promover a articulação entre governo, sociedade civil e setor produtivo na definição de políticas públicas e na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente. Essa comissão é um órgão consultivo e deliberativo, formado por representantes dos diferentes segmentos da sociedade, que discute e avalia as ações e projetos relacionados à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente em nível municipal (CONAPACC, 2021).

Estar à frente dos trabalhos e das ações da ONG Centro de Preservação e Conservação Ambiental – “Casa da Natureza”¹, permitiu que fossem percebidas questões relacionadas à importância da participação popular e à resiliência nos territórios em que eram realizadas as ações propostas pela ONG, nas áreas localizada na região das Bordas de Ceilândia, que são as Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS Sol Nascente/Por do Sol.

Tais questões eram perceptíveis e ganhavam urgência a partir dos inúmeros impactos socioambientais, ocasionados pela expansão urbana com ocupações irregulares de terras e segregação espacial com o parcelamento informal do solo, bem como pela ausência de políticas públicas que dialogassem umas com as outras. É a partir deste contexto caótico de ocupação territorial de Ceilândia que foi possível entender e tornar efetiva a criação de uma comissão popular cujo objetivo, de fato, deve ser a defesa das pautas de inclusão social e agendas ambientais.

É importante que a população tenha ferramentas capazes de permitir sua participação no desenvolvimento das cidades na luta contra a especulação imobiliária e estejam sempre protegidas dos crimes de grilagem. Torna-se imprescindível que os cidadãos possuam ferramentas capazes de conter o ímpeto da especulação imobiliária e estejam sempre protegidos dos crimes. A partir das lições da oficina do projeto Rede de Radares dos Territórios (Fiocruz/UnB/Codeplan), ficou latente o desejo em compreender os meandros da representatividade popular, não obstante, a pesquisa no âmbito do curso do Reabli11 do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, conecta com esse desejo em pesquisar a participação popular nos territórios.

A situação vivenciada pela Região Administrativa de Ceilândia é simbólica, isto porque, apesar de ter participação histórica na construção de Brasília, esta região sofre por não obter suas áreas verdes protegidas por sua biodiversidade e preservação dos cursos d’água, delimitadas como Unidade de Conservação. Ceilândia, localizada na periferia de Brasília conta hoje com mais de 500 mil habitantes e apenas um parque recreativo. Essa pequena estrutura carece inclusive de melhorias e infraestrutura, pois o tal “parque do Setor O”, é uma área cercada de grades, com uma faixa para pedestres e outra para ciclovias. Certamente não se aproveita todo o seu potencial como um lugar que traz qualidade de vida.

¹ ONG CENTRO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL FUNDADA EM 15/09/2009 - CNPJ 11.266.058/0001-06

É nesta região que está localizado o Rio Melchior, que apresenta uma situação crítica, está enquadrado como Classe 4², um enquadramento permissivo dos corpos hídricos e recebe efluentes tratados a nível terciário nas ETEs Melchior e Samambaia. Trata-se de um importante afluente no âmbito do Distrito Federal que sofre com o descaso e o descuido do poder público, estando, atualmente, em situação de extrema degradação, retratando de maneira bastante simbólica aquilo que se pensa como política pública de proteção ao meio ambiente para tão importante Região Administrativa.

Assim, para que a Ceilândia, o Sol Nascente e o Pôr do Sol possam ter suas áreas verdes protegidas revela-se importante a participação popular, materializado em comissões como a Comdema, resultado de comprometimento e resiliência da participação popular.

Como Sol Nascente, o território do Pôr do Sol é uma das ocupações irregulares criada como Região Administrativa juntamente com Sol Nascente na ARIS Sol Nascente/Pôr do Sol. A região assim como Sol Nascente enfrenta diversos desafios ao longo dos anos, como a falta de infraestrutura básica, como água e esgoto, a ausência de serviços públicos, como saúde e educação, e a violência. No entanto, nos últimos anos, a Administração Regional tem trabalhado em conjunto com a população e outras instâncias do governo para superar esses desafios e promover o desenvolvimento da região. Algumas das iniciativas que vêm sendo implementadas na região incluem a construção de novas unidades de saúde, escolas e creches, a pavimentação de ruas e avenidas, bem como a drenagem de águas pluviais, a ampliação do transporte público, a regularização fundiária e a promoção de programas sociais e culturais³.

A questão-problema que se pretende responder ao final é: será que a criação da Comdema em Ceilândia possibilitará a participação efetiva da população na luta pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o artigo 225 da Constituição Federal de 1988?

1.1 As Comdemas – Comissões de Defesa do Meio Ambiente – no Distrito Federal

A criação da primeira Comissão de Defesa do Meio Ambiente – Comdema - do Distrito Federal (DF) ocorreu em 1989, por meio de decreto N° 10.142 DE 13 de fevereiro de 1987 do então governador Joaquim Roriz. Foi instituída com o objetivo de auxiliar o governo na elaboração de políticas públicas para a proteção do meio ambiente e na fiscalização do cumprimento das normas ambientais. Ao longo dos anos, a atuação da Comdema na administração de pautas ambientais no DF vem surgindo a partir do momento que a região administrativa (RA) entende a importância da criação de um grupo que busque políticas públicas que atenda as demandas ambientais do território. As comissões passaram a contar com a participação de representantes da sociedade civil e a realizar ações de educação ambiental, fiscalização, monitoramento e controle de atividades potencialmente poluidoras.

Em 2019, o Governo do Distrito Federal lançou o Plano de Metas para a Gestão Ambiental, que estabelece objetivos e estratégias para aprimorar a atuação das Comdemas e fortalecer a política ambiental no DF. Entre as metas estabelecidas estão a ampliação da participação da sociedade civil nas comissões, o fortalecimento da fiscalização ambiental e a

² Apenas para navegação, harmonia paisagística

³ <https://solnascente.df.gov.br/category/sobre-a-ra/>, Acesso em 13/07/2023. Administração Regional do Sol Nascente.

implementação de políticas públicas para a gestão de resíduos sólidos e proteção da biodiversidade.

A Lei nº 2.909/2002 foi promulgada, regulamentando a criação das Comdemas no Distrito Federal e estabelecendo suas competências e atribuições. Desde então, as comissões têm atuado em parceria com outros órgãos públicos, entidades da sociedade civil e iniciativa privada para promover a proteção e conservação do meio ambiente no DF. A criação da Comdema de Ceilândia pode ter diversas perspectivas positivas em relação ao meio ambiente e à qualidade de vida da população local. A criação da Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) pode proporcionar um espaço importante para a participação e o engajamento da população de Ceilândia nas questões ambientais da região.

A participação da comunidade é fundamental para promover a conscientização ambiental, estimular o envolvimento ativo das pessoas e garantir a efetividade das políticas e ações voltadas para a sustentabilidade. Ao permitir que a população participe e opine sobre questões ambientais, a Comdema pode promover a democratização das decisões relacionadas ao meio ambiente local. Isso significa que os cidadãos terão a oportunidade de contribuir com suas experiências, conhecimentos e preocupações, influenciando as políticas e ações adotadas. Esse envolvimento pode levar a uma maior adesão da comunidade às medidas de proteção ambiental, além de fomentar práticas sustentáveis no cotidiano das pessoas, abrindo precedência para que outras RAs criem suas respectivas Comdemas. Definindo o Sol Nascente como um território de potencial impacto ambiental nas Bordas de Ceilândia, prevendo a criação da Comdema neste território, pois poderá ser uma ferramenta de construção de políticas públicas que ajude a minimizar a degradação e buscar o equilíbrio ecológico da região.

A participação e o engajamento da população podem contribuir para o fortalecimento da consciência ambiental, a criação de uma cultura de sustentabilidade e a promoção de práticas responsáveis em relação ao uso dos recursos naturais, à conservação da biodiversidade e à mitigação dos impactos ambientais. Além disso, a participação da comunidade pode levar a soluções mais adequadas e contextualizadas, considerando os desafios e as necessidades específicas da região. É importante que a Comdema adote práticas inclusivas e efetivas de participação, garantindo que a população tenha acesso às informações necessárias, espaços adequados para expressar suas opiniões e mecanismos para que suas contribuições sejam consideradas nas tomadas de decisão, reforçando a gestão democrática da cidade do Estatuto da Cidade. Dessa forma, a comissão pode se tornar um importante instrumento para promover a consciência ambiental, a cidadania ativa e a sustentabilidade em Ceilândia.

A criação da Comissão pode fortalecer a fiscalização e o controle ambiental na região, o que é fundamental para a proteção dos recursos naturais e a prevenção de danos ambientais. Contudo, busca desempenhar um papel importante na promoção da fiscalização e do cumprimento das leis ambientais, bem como na implementação de ações e medidas para garantir a conservação e a preservação do meio ambiente local. Com a Comdema em funcionamento, é possível estabelecer mecanismos de monitoramento, inspeção e controle das atividades que impactam o meio ambiente na região de Ceilândia. Isso inclui a identificação de práticas ilegais, como desmatamento clandestino, poluição hídrica, descarte inadequado de resíduos, entre outros. A comissão pode trabalhar em estreita colaboração com órgãos ambientais competentes, como secretarias de meio ambiente, instituições de proteção ambiental e polícia ambiental, para reportar irregularidades, conduzir investigações e tomar medidas adequadas. (CONAPACC, 2021)

Além da fiscalização, a Comdema pode atuar no fortalecimento das ações de controle ambiental, por exemplo, promovendo campanhas de conscientização e educação ambiental para a população, orientando sobre práticas sustentáveis, incentivando a denúncia de infrações ambientais e estimulando a adoção de medidas preventivas. A comissão também pode auxiliar na elaboração e revisão de normas e regulamentos locais relacionados à proteção ambiental, visando a melhoria contínua das políticas públicas voltadas para a preservação dos recursos naturais. A criação da comissão pode contribuir para o fortalecimento da fiscalização e do controle ambiental na região de Ceilândia, resultando na proteção dos recursos naturais, na prevenção de danos ambientais e na promoção da sustentabilidade local. É fundamental que a comissão atue de forma integrada com os demais órgãos e entidades envolvidos na gestão ambiental, visando a efetividade das ações e a maximização dos resultados para o bem-estar da comunidade e a conservação do meio ambiente (CONAPACC, 2021).

A Comdema funciona como um canal de diálogo entre os diversos atores envolvidos, buscando equilibrar as demandas socioeconômicas com a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida da população, a falta de ter criado a comissão reflete na falta de coordenar as ações dos diferentes órgãos governamentais envolvidos na gestão ambiental, bem como de empresas e organizações da sociedade civil, o que poderia resultar em ações desarticuladas e ineficazes, na baixa priorização da agenda ambiental.

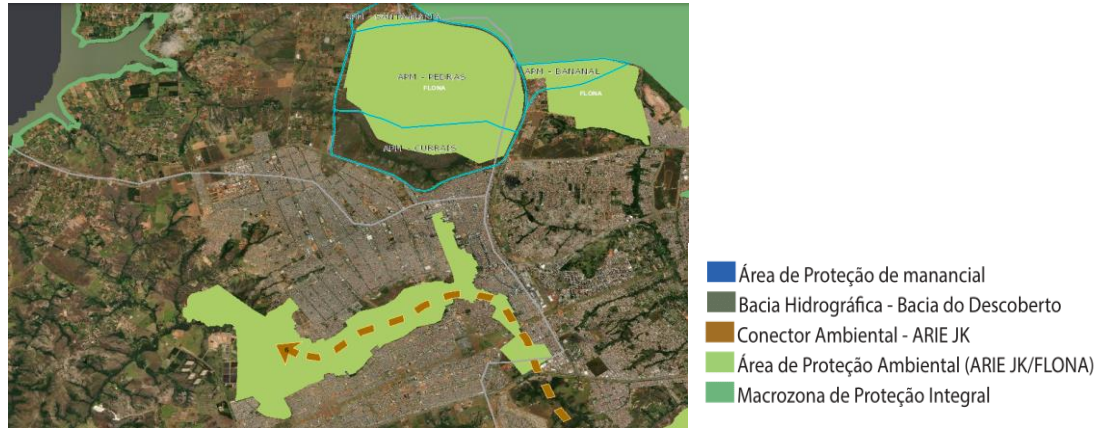
Em um contexto sem um órgão específico para a discussão e monitoramento das questões ambientais, é possível que a agenda ambiental seja deixada em segundo plano, em detrimento de outras prioridades do governo e maior risco de danos ambientais. Sem uma gestão ambiental efetiva, a cidade estaria mais vulnerável a danos ambientais, como o desmatamento, a poluição da água e do ar, a contaminação do solo, entre outros, o que poderia afetar diretamente a qualidade de vida da população de Ceilândia.

As Comdemas podem propiciar um espaço para que a população local possa participar de forma ativa na discussão e deliberação de temas relacionados ao meio ambiente, como a preservação de áreas verdes, a gestão de resíduos sólidos, a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Além disso, a participação da sociedade civil na gestão ambiental é uma exigência da legislação brasileira, como estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e na Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006), entre outras. No entanto, é importante ressaltar que a efetividade da participação da população na gestão ambiental depende da atuação comprometida e transparente dos conselheiros e da garantia de acesso à informação e à participação democrática nas decisões tomadas. Portanto, a criação da comissão em Ceilândia pode ser uma oportunidade para a promoção da gestão ambiental participativa e democrática, desde que haja o comprometimento dos representantes e a participação efetiva da sociedade civil (BRASIL, 2006).

Através do mapa abaixo (Figura 1), pode-se identificar a localização das áreas de proteção de manancial, as delimitações das bacias hidrográficas, a presença dos conectores ambientais e a demarcação das áreas de proteção ambiental. Essas áreas existentes em Ceilândia são de grande relevância ecológica, por isso a necessidade de conservar os recursos naturais, proteger os mananciais de água e a promover a biodiversidade. Além disso, os desafios e oportunidades de gestão participativa para preservação dessas áreas, a fim de fornecer informações valiosas para as discussões e tomadas de decisão da Comdema Ceilândia.

Figura 1 Mapa de Ceilândia



Fonte: Geoportal Seduh

2 OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa-ação é aprofundar estudos sobre a criação de Comdemas no Distrito Federal, com foco na criação da Comdema Ceilândia (RA Ceilândia e Sol Nascente/Pôr do Sol), para além de uma ferramenta participativa, como também, um processo de alcançar cidades mais verdes e socialmente inclusivas, que nos permita promover a participação efetiva da sociedade. Espera-se com este trabalho estimular a responsabilidade compartilhada e fortalecer a capacidade de enfrentar desafios ambientais no âmbito da Comdema, além de auxiliar os órgãos ambientais na elaboração de políticas públicas. por meio da proteção do meio ambiente e a fiscalização do cumprimento das normas ambientais e o controle das ações antrópicas que impactam diretamente os biomas.

Visa-se com isso, informar como se comporta a comissão, qual seu papel da representatividade popular, como manter as ações favoráveis diante de cada situação, levar o debate de cada território e de como respeitar a relação homem/natureza. Faz-se necessária a pesquisa-ação devido à falta do envolvimento da comunidade nos debates sobre temas importante em cada setor. Assim, a pesquisa sobre a Comdema consiste em trazer um registro onde desperte a vontade de outras regiões administrativas de criar sua própria Comdema, já que é um desafio encontrar material sobre o tema, principalmente nas ARIS (Área de Regularização de Interesse Social). Compreendendo, assim, a busca por informações sobre como foram criadas as comissões já existentes, a articulação utilizada para mobilizar e despertar interesse nos trabalhos, a busca por informações e o resgate sobre o tema. Podendo o pesquisador adquirir conhecimento, e ao público, encontrar respostas sobre as reflexões em seus debates de interesse comum.

3 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A gestão do verde urbano é importante para a preservação dos ecossistemas que garante o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a qualidade de vida das pessoas nos territórios. Elas ajudam a absorver a poluição do ar, reduzir a temperatura, controlar enchentes e promover a biodiversidade, quando degradadas impactam diretamente na vida de cada morador, com reflexos na saúde psicossocial. Além disso, as áreas verdes proporcionam espaços para atividades recreativas, como caminhadas, corridas e piqueniques, que contribuem para o bem-estar físico e mental da população, que infelizmente a região do Sol Nascente ainda não

possui espaços planejados para esse tipo de atividade, fazendo com que a população use alternativas próprias para o lazer e esporte, mesmo com a infraestrutura por finalizar ou sem nenhuma, o que traz consequências ambientais inevitáveis. É importante que as cidades tenham políticas de preservação e ampliação das áreas verdes, garantindo que elas sejam acessíveis a todos os moradores e que sejam adequadamente conservadas (MARTINE, 1993).

Isso requer um planejamento urbano ambiental cuidadoso, envolvimento da comunidade e compromisso político para a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos. Com isso, a Comdema além de governança participativa, pois garante a voz popular, traz para dentro da pauta ambiental a transversalidade necessária, incluindo olhares em várias dimensões e desenvolvimento na área da política socioambiental. Desse modo, além de criar Unidades de Conservação para delimitar espaços verdes para a população e proteger os ecossistemas, é necessário avançar na gestão ambiental participativa. Tomou-se como base os “Cadernos de Formação do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais” do Ministério do Meio Ambiente - MMA (BRASIL, 2006) e a cartilha “Como criar e gerir um Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema)”, desenvolvido pelo Conselho Consultivo da APA Costa dos Corais (CONAPACC, 2021), desenvolvido no âmbito do Instituto Chico Mendes em parceria com o Ministério Federal do Meio Ambiente da Alemanha.

3.1 A Gestão Ambiental Participativa no âmbito das Comdemas

A participação inclusiva, garante que a voz popular seja aberta a todos os setores da sociedade, promovendo a inclusão de diferentes grupos sociais, comunidades locais, organizações não governamentais, setor privado e academia. Isso pode ser alcançado por meio de mecanismos de consulta, audiências públicas, conselhos consultivos ou outras formas de diálogo e interação. É importante dentro do contexto de acesso que as informações sejam claras, acessíveis, e compreensíveis sobre questões ambientais, projetos e decisões em pauta. Isso permite que a comunidade e os membros das Comdemas tenham conhecimento adequado para formar opiniões fundamentadas e contribuir efetivamente para o processo de gestão ambiental. Estabelecer nos espaços de diálogo e negociação diferentes perspectivas, onde possam ser ouvidas e consideradas. Isso envolve a criação de um ambiente seguro e respeitoso, cujo as opiniões sejam valorizadas e os conflitos possam ser abordados de maneira construtiva.

Em relação a capacitação e empoderamento, justifica-se na participação popular, a autonomia e conhecimento do território, para que possam compreender melhor as questões ambientais, contribuir ativamente nas discussões e tomar decisões informadas. Pode ter a inclusão de programas de educação ambiental, treinamentos e acesso a recursos técnicos e científicos. Promover a cooperação entre diferentes atores, incluindo governos locais, sociedade civil, setor privado e instituições acadêmicas.

Isso permite uma abordagem integrada e sinérgica na gestão ambiental, aproveitando a diversidade de conhecimentos, recursos e experiências. Assegurar a transparência no processo de gestão ambiental, fornece informações sobre as decisões tomadas e os resultados alcançados. Com isso, inclui prestar contas às partes interessadas e à sociedade em geral, garantindo que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional e local, juntamente com o conhecimento científico, na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente. Portanto promove uma abordagem holística e culturalmente sensível, levando em consideração a diversidade de perspectivas e a sustentabilidade a longo prazo.

Ao desenvolver a metodologia para a gestão ambiental participativa com a Comdema, é importante que seja definido claramente os objetivos da gestão ambiental participativa com a comissão. Deve incluir a promoção da participação da comunidade, o fortalecimento da conscientização ambiental, a criação de políticas sustentáveis, entre outros, realizar a análise detalhada do contexto ambiental da região, identificando as questões-chave, os desafios, as oportunidades de avançar nas pautas, tendo interesse nas temáticas relevantes. Realizar coleta de informações sobre a legislação ambiental, os recursos naturais, as atividades humanas e os impactos ambientais. Faz-se, também, necessária, a definição de estratégias de participação que serão adotadas para envolver a comunidade e as partes interessadas. Incluir reuniões públicas, grupos de trabalho, consultas online, oficinas participativas, campanhas de conscientização, entre outras abordagens (CONAPACC, 2021).

Elaborar plano detalhado das atividades que serão realizadas pela Comdema e seus membros, incluir a organização de eventos, a realização de pesquisas, a elaboração de materiais educativos, a criação de canais de comunicação, entre outras ações. Colocar em prática as atividades planejadas, garantindo que todas as partes interessadas tenham a oportunidade de participar. Monitorar o progresso das atividades e fazer os ajustes necessários ao longo do tempo. Realizar avaliações regulares para verificar o progresso, a eficácia e o impacto das atividades da Comdema. Solicitar feedback dos participantes e da comunidade em geral para identificar pontos fortes, pontos fracos e oportunidades de melhoria (CONAPACC, 2021).

Utilizar os resultados das atividades e as contribuições da comunidade para informar a tomada de decisões e a implementação de políticas ambientais. Assegurar que as vozes da comunidade sejam ouvidas e consideradas na definição de diretrizes e na elaboração de políticas. Compartilhar regularmente os resultados, as conclusões e as recomendações da Comdema com a comunidade e outras partes interessadas. Utilizar diferentes meios de comunicação, como mídias sociais, websites, boletins informativos, para garantir uma ampla divulgação e transparência (CONAPACC, 2021).

A participação ativa dos membros da comissão, a colaboração com outros órgãos e a escuta atenta da comunidade são elementos fundamentais para o sucesso da gestão ambiental participativa. Para tanto, utilizou-se um formulário com perguntas e obter respostas das pessoas que moram nos territórios que estão diretamente relacionadas com o estudo, entrevistas com membros de Comdemas já criadas, busca ativa na comunidade por moradores que tenham envolvimento com alguma pauta ambiental.

3.2 A Pesquisa-Ação dentro das Comdemas

A pesquisa-ação tem como objetivo principal investigar uma determinada realidade social e, a partir dos resultados obtidos, buscar soluções práticas e efetivas para os problemas identificados. Essa metodologia é muito utilizada em áreas como educação, saúde, meio ambiente, entre outras, e envolve a participação ativa dos pesquisadores, dos envolvidos na pesquisa e da comunidade em geral (DIONNE, 2007). A seguir, são apresentados os principais passos da metodologia da pesquisa-ação desenvolvida.

Foi realizado um diagnóstico participativo para identificar as principais questões ambientais da região e entender as percepções, necessidades e interesses da comunidade. Envolvimento com entrevistas, grupos focais, questionários e mapeamento participativo. Identificou-se e mapeou-se os diferentes atores e partes interessadas envolvidos na gestão

ambiental da região, órgãos governamentais, ONGs, empresas, líderes comunitários e outros grupos relevantes. Assim, foi possível compreender suas preocupações, interesses e expectativas é fundamental para promover uma gestão participativa eficaz. Foi elaborado questionário pelo Google Forms, contendo 7 perguntas, encaminhado para representantes de instituições, coletivos e ativistas ambientais de diferentes Regiões Administrativas com as seguintes questões:

1. Você já conhecia a Comdema?
2. Na sua opinião a Comdema é uma importante ferramenta de participação popular?
3. Nas Região Administrativa que você mora já existe Comdema?
4. Se existe Comdema onde você mora, qual é a Região Administrativa?
5. Você acha importante que as Regiões Administrativas tenham Comdema criada e atuante?
6. As Comdemas podem ser aliadas no combate à grilagem de terras?
7. Na sua opinião as Comdemas podem realizar programas de conscientização ambiental?

4 RESULTADOS: A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA EM CEILÂNDIA PARA PROMOVER CIDADES MAIS VERDES, INCLUSIVAS E RESILIENTES.

A Comdema sendo uma ponte para participação popular diante da real situação ambiental que impacta diretamente na vida dos moradores de Ceilândia, desperta o desejo popular em envolver e atuar na perspectiva de buscar resultados para os problemas relevantes. Nesse contexto, as problemáticas refletem negativamente além de estar diretamente ligada no contexto dos espaços urbanos modificados, sendo assim, os resultados esperados podem incluir a implementação de soluções por meio de políticas públicas efetivas e integradas.

Como a melhoria de serviços e recursos locais, a promoção da equidade social, a redução das desigualdades e potencialidades locais e as demandas da comunidade, além de fortalecer a conscientização sobre questões socioambientais, a mobilização de grupos marginalizados e a defesa de políticas públicas mais inclusivas. Obtendo essa mobilização citada, pode-se alcançar a participação dos diferentes atores no contexto das Comdemas, para garantir que o diagnóstico reflita de forma precisa a realidade local. Antes de trazer o resultado da pesquisa sobre a construção da Comdema Ceilândia, torna-se importante contextualizar a realidade socioambiental e sociocultural da região.

4.1 O contexto socioambiental de Ceilândia/Sol Nascente e iniciativas de ações da Comdema no território

Ceilândia é a Região Administrativa do Distrito Federal mais populosa da capital do país. Foi resultado de uma Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) em 1969, criada com o objetivo de relocalizar as ocupações irregulares da Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão Colombo e Morro do Querosene. Desde a criação oficial da cidade em 1971, a região passou por um rápido processo de urbanização, com a instalação de diversos empreendimentos comerciais e residenciais. Ao longo das décadas seguintes, a falta de planejamento urbano e a intensa ocupação do solo geraram diversos problemas ambientais em

Ceilândia, como a degradação dos recursos hídricos, o aumento da poluição atmosférica e sonora, a redução da cobertura vegetal e a geração de grandes volumes de resíduos sólidos. Segundo Renato Santana:

Essa citação destaca a falta de planejamento e ordenamento urbano em Ceilândia como um fator determinante para a ocorrência de problemas ambientais na região. O autor ressalta a importância de se pensar em estratégias de desenvolvimento sustentável para a região, a fim de garantir a qualidade de vida dos moradores e a preservação dos recursos naturais.

Desde janeiro de 2023 a criação da COMDEMA de Ceilândia vem sendo tema de debate e diálogo entre os órgãos ambientais e a sociedade civil organizada, que conta com a participação de representantes de várias associações e coletivos locais, poder público e iniciativa privada. Tem buscado ampliar a participação da população nas discussões e decisões sobre questões ambientais na região. Toma-se como exemplo, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal (SEMA-DF) recebeu em sua sede, no dia 09/05/2023, a futura Comissão de defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) Ceilândia para debater a criação do Parque Metropolitano, a revitalização da Lagoinha, do Melchior e a estruturação do Parque do Setor O.

Segundo o Secretário do Meio Ambiente, Gutemberg Gomes, “toda ação que envolva a sociedade civil é fundamental para a assertividade das ações da construção da política pública ambiental.” A SEMA-DF como membro da comissão de Ceilândia é essencial para contribuir com um ambiente saudável e sustentável para a nossa população, que não tem essa consciência ambiental.

A primeira iniciativa pós-criação da Comdema Ceilândia será o caderno de projetos e o regimento interno, de posse do caderno de projetos, a Comdema buscará apoio técnico e político junto a SEMA, visando o financiamento de projetos para implantação de florestas urbanas na RA Ceilândia e soluções para a revitalização do Rio Melchior. A problemática do descarte irregular de resíduos sólidos em Ceilândia, evidencia os impactos negativos dessa prática para a saúde pública e o meio ambiente.

Uma ação importante para o Comdema de participação da comunidade ocorreu na área da Lagoinha no final do mês de junho de 2023, uma iniciativa que buscou unir a arte, a comunidade e a educação ambiental em prol da reabilitação do local. Por meio da conscientização, do engajamento da população e da valorização da cultura local, a atividade visou promover a preservação ambiental e a construção de um futuro mais sustentável.

Foi um evento colaborativo e inclusivo, em comemoração ao mês do meio ambiente, nossas ações e eventos busca alertar a comunidade, além dos envolvidos no evento, perceber a importância em reabilitar e revitalizar o espaço por meio de parcerias com todos os coletivos locais e incluir os artistas locais nas ações, a comunidade, crianças e adolescentes. A atividade envolveu diversas ações e teve como objetivo principal conscientizar sobre a importância da preservação ambiental e da participação ativa da comunidade na promoção de um ambiente mais saudável e sustentável. Durante o evento, foram realizadas várias atividades interativas e educativas, visando engajar tanto os adultos quanto as crianças presentes, os participantes tiveram a oportunidade de participar de oficinas de arte e educação ambiental, ainda tivemos a apresentação do jogo do Rio Melchior, onde foi possível aprender sobre a importância da preservação da natureza, a necessidade de cuidar dos recursos naturais e como podem contribuir para a sustentabilidade.

Além disso, artistas locais foram convidados a realizar intervenções artísticas no local, utilizando técnicas e materiais sustentáveis, com o intuito de transformar a área da Lagoinha em um espaço mais atrativo e inspirador. Essas intervenções artísticas foram feitas em colaboração com a comunidade, estimulando o sentimento de pertencimento e empoderamento dos moradores locais. Ao longo do dia, também foram promovidas palestras e rodas de conversa com especialistas em meio ambiente, que abordaram temas como conservação da fauna e flora, gestão de resíduos, preservação dos recursos hídricos, entre outros. Essas atividades tiveram como objetivo fornecer informações relevantes para que os participantes pudessem compreender melhor os desafios ambientais enfrentados na região e quais ações podem ser adotadas para promover mudanças positiva. O evento fortalece as ações da comissão, quando há o envolvimento sociocultural, em uma unidade de conservação degradada de grande vulnerabilidade socioambiental conforme pode ser visto nas Figuras 2 e 3.

Figuras 2 - Impacto socioambiental na Lagoinha



Fonte: Casa da Natureza

Figura 3 - Registros de imagens do evento sociocultural



Fonte: Casa da Natureza

4.2 O contexto sociocultural de Ceilândia possibilidades de inclusão, mobilização e integração com a educação ambiental.

No contexto sociocultural de Ceilândia, a cidade é marcada pela sua origem como uma Região Administrativa planejada para abrigar trabalhadores/as que imigraram para Brasília durante a construção da capital. Inicialmente, Ceilândia era composta principalmente por migrantes de baixa renda vindos de várias regiões do Brasil, o que contribuiu para a formação de uma identidade cultural única na área, a Comdema pode promover a sensibilização e conscientização da população sobre questões culturais. Ao realizar campanhas educativas, palestras e eventos comunitários, a comissão pode contribuir para o fortalecimento dos espaços culturais e para vinda de mais estruturas como: cinema, teatro, termino do centro cultural e a compreensão da importância de fortalecer os artistas locais.

A diversidade cultural em Ceilândia é evidente em sua população, composta por pessoas de diferentes origens étnicas e culturais. Há uma forte presença de comunidades afro-brasileiras, indígenas, nordestinos e outras etnias, que trouxeram consigo suas tradições, costumes e expressões culturais. Essa diversidade se reflete nas festas populares, nas manifestações religiosas, na culinária e nas práticas artísticas presentes na região. Na perspectiva de cidades inclusivas a comissão pode articular a participação da comunidade nas decisões e pautas da cultura. Buscar a inclusão de espaços para a população, expressar suas preocupações e demandas, permitindo que questões socioculturais sejam trazidas com propostas dentro da agenda cultural local.

Com a criação da Comdema Ceilândia, um dos temas discutido foi a preservação do patrimônio cultural dentro do escopo das suas ações. Por exemplo, em Áreas de Proteção

Ambiental onde há sítios arqueológicos ou comunidades tradicionais, a proteção do patrimônio cultural pode ser discutida e integrada às estratégias de conservação ambiental. A música desempenha um papel importante na vida sociocultural de Ceilândia, com uma cena musical ativa e vibrante. O funk, o rap e o hip-hop, têm uma grande presença na cidade, com artistas locais emergentes que expressam suas realidades e experiências através da música.

Esses gêneros musicais muitas vezes abordam questões sociais, desigualdades e a realidade no contexto cotidiano nas periferias urbanas. Além disso, Ceilândia também conta com diversas manifestações artísticas e culturais, como grupos de dança, teatro comunitário e eventos artísticos que promovem a cultura local. A cidade também possui espaços culturais, como centros comunitários e bibliotecas, que buscam incentivar o acesso à cultura e promover o desenvolvimento artístico na região.

No entanto, é importante ressaltar que Ceilândia também enfrenta desafios sociais, como a falta de infraestrutura adequada, problemas de segurança e desigualdades socioeconômicas como ocorre nas ocupações do Sol Nascente e Pôr do Sol. A região tem passado por transformações ao longo dos anos, com esforços para melhorar a qualidade de vida da população e promover o desenvolvimento sustentável. Apesar dos desafios enfrentados, a comunidade de Ceilândia tem buscado fortalecer sua identidade cultural e promover iniciativas que valorizem a arte e a cultura local.

Exemplo e orgulho Ceilândia é "A Casa do Cantador, um importante espaço cultural de Brasília, que tem como objetivo valorizar e difundir a cultura popular brasileira, em especial a música de raiz, o repente e a cantoria. Além de promover apresentações e eventos, a Casa do Cantador oferece oficinas, cursos e atividades para a formação de novos talentos e a preservação desse rico patrimônio cultural. Outro ponto importante é Centro Cultural de Ceilândia, uma unidade pública da Secretaria de Cultura do Distrito Federal. O espaço conta com um teatro, uma galeria de arte, salas de ensaio, uma biblioteca e um espaço para exposições. Além disso, o centro oferece uma programação variada de eventos, como apresentações teatrais, shows musicais, exibições de cinema, palestras e oficinas de arte e cultura.

Outra estrutura que inspira a cidade é a feira de Ceilândia, uma das mais tradicionais e movimentadas feiras livres do Distrito Federal. Ela ocorre todos os sábados, domingos e feriados na região central da cidade, abrangendo diversas ruas e avenidas. A feira é conhecida por oferecer uma grande variedade de produtos, desde alimentos frescos, como frutas, verduras, carnes e peixes, até artigos de moda, decoração, eletrônicos e utensílios domésticos. Além disso, a Feira de Ceilândia também conta com barracas de comidas típicas, doces e salgados, e é um ponto de encontro para a comunidade local. A Casa do Cantador, o Centro Cultural de Ceilândia e a Feira de Ceilândia são espaços que promovem a difusão da cultura popular brasileira no território, locais importantes para atuação da Comdema para mobilização e ações de educação ambiental.

4.3 Análise da aplicação do questionário com membros das Comdemas do DF e de Ceilândia

A participação dos diferentes atores permite a incorporação de diferentes perspectivas e interesses, tornando o plano mais abrangente e efetivo. Construir gestão ambiental participativa como fortalecimento das instituições envolvidas, capacitar dos diferentes atores, na criação e fortalecimento de mecanismos de participação e a definição de

papéis e responsabilidades claros. O fortalecer as instituições para garantir a continuidade e a sustentabilidade da gestão ambiental em longo prazo.

O monitoramento e avaliação participativo para estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação participativos para acompanhar o progresso da gestão ambiental em Ceilândia, com definição de indicadores de desempenho, da coleta de dados, da análise dos resultados e a revisão periódica das ações. A participação dos diferentes atores nesse processo permite a tomada de decisões mais informadas e a correção de rumos, quando necessário.

A educação ambiental desempenha um papel fundamental na construção da gestão ambiental participativa em Ceilândia. Através da conscientização e capacitação da comunidade, é possível promover uma maior compreensão dos problemas ambientais, para isso, é necessário estimular a participação ativa e engajar os cidadãos na busca por soluções sustentáveis. Os resultados esperados incluem a produção de conhecimento relevante e contextualizado, que possa ser compartilhado e utilizado pela comunidade, bem como o fortalecimento das capacidades de pesquisa e análise dos participantes.

Os resultados podem ser de curto, médio ou longo prazo, dependendo da natureza dos problemas abordados e do processo de implementação das mudanças. Além disso, os resultados também podem variar em termos de alcance e impacto, conforme determinado pelos objetivos específicos da pesquisa-ação e pelas condições do contexto em que é realizada. Assim, foi necessário fazer entrevistas e aplicar um questionário para saber como que as pessoas se veem neste processo de criação das Comdemas e se as ações de participação e educação ambiental podem ser efetivas no território.

Com a aplicação do questionário obteve-se 27 respostas de membros de outras Comdemas do DF, ativistas socioambientais e membros de vários coletivos. A primeira questão mostra que 61,9% dos entrevistados já conhecia a Comdema e 38,1% não conhecia Comdema, na segunda 92,6% acha a Comdema importante ferramenta de participação popular, 7,4% não que a Comdema seja importante ferramenta de participação popular. Na terceira questão 26,9% diz que existe Comdema na RA onde mora, 53,8% não existe Comdema na RA em que mora e 19,2% não sabe se existe Comdema onde mora. Na quarta questão, dos entrevistados 15,4% mora na RA Candangolândia, 38,5% mora na RA Ceilândia, 7,7% Lago Sul, 7,7% mora no Parkway, 7,7% no SAI, 15,4 mora no Sol Nascente e 7,7 não declarado. Na quinta questão 100% dos entrevistados acham importante que as RA tenham Comdema criadas e atuantes. Na sexta questão, 96,3% dos entrevistados acham que a Comdema pode ser aliado no combate a grilagem de terras, 3,7% acha que a Comdema não pode ser aliado no combate a grilagem de terra. A última questão mostra que 100% dos entrevistados diz que a Comdema pode realizar programas de educação ambiental.

5 CONCLUSÃO

Na perspectiva pós criação da Comdema Ceilândia, como membros participantes, pretende-se incentivar a participação ativa da comunidade na proteção e preservação do meio ambiente, além de buscar soluções sustentáveis para os desafios ambientais enfrentados pela região, com isso destacar a importância da educação ambiental como um elemento fundamental na conscientização e engajamento da população. Discutir a importância de incluir programas de educação ambiental nas escolas, promover eventos e campanhas de sensibilização e oferecer capacitação para os membros da comunidade interessados em

questões ambientais. Também apresentar cartas de projetos e iniciativas sustentáveis que podem ser implementados em Ceilândia, como ações de reflorestamento, incentivo à agricultura urbana, programas de reciclagem, eficiência energética, entre outros, impulsionar e apoiar essas iniciativas por meio de parcerias e recursos adequados.

É importante destacar que as ações e projetos das Comdemas variam de acordo com as necessidades e prioridades de cada Região Administrativa, levando em consideração os desafios ambientais específicos enfrentados pela região. Portanto, os projetos desenvolvidos podem abranger uma ampla gama de áreas de atuação, sempre com o objetivo de promover a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente. Além de projetos voltados para a conservação e recuperação de áreas verdes, como parques, matas ciliares e reservas naturais, mananciais, onde são comuns nas ações das comissões. Isso pode incluir ações de reflorestamento, manejo sustentável de recursos naturais, controle de espécies invasoras e criação de trilhas ecológicas para promover o turismo ecológico. Monitoramento e fiscalização ambiental, são perspectivas de trabalho e ações importantes para as Comdemas, em parceria com órgãos governamentais responsáveis pela aplicação da legislação ambiental. Essas ações visam verificar o cumprimento das normas ambientais, identificar infrações e propor medidas corretivas para prevenir danos ao meio ambiente.

A Comdema terá grandes desafios para contribuir na redução dos impactos socioambientais, pressão sobre os recursos hídricos, desmatamento, poluição do ar, gestão de resíduos, ocupação irregular do solo, entre outros. Pretende-se disponibilizar a pesquisa para os membros da Comdema Ceilândia como forma de fomentar a gestão ambiental participativa neste importante estrutura governamental localizada em Ceilândia dedicada à proteção e preservação do meio ambiente, à manutenção da biodiversidade, à qualidade de vida da população local e a sustentabilidade dos ecossistemas.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais**. IBAMA: Brasília DF, 2006. (Cadernos de formação, v. 1; v.2; v.5).

CONAPACC. Conselho Consultivo da APA Costa dos Corais. **Como criar e gerir um Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema)**". ICMBio: Brasília, 2021. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/destaques/CartilhaComdema.pdf> Acesso em julho de 2023.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Série Pesquisa v.16 Brasília – DF, 2007.

MARTINE, George. **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Verdades e Contradições**. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 1993.

SANT'ANA, Renato. **Ceilândia: uma cidade de todos**. Brasília: Editora da UnB, 2010.

SILVA, Rafael de Freitas. **Ceilândia: território livre**. São Paulo: Editora Kuzuá, 2018.